

# COETZEE E A CENSURA: O ÉTICO NA PERSPECTIVA DO ESCRITOR\*

*Coetzee on censorship: ethics in the writer's perspective*

Kathrin Rosenfield\*\*

---

**Resumo:** Este artigo comenta alguns aspectos implícitos da palestra “Ficção e Censura”\*\*\* de J.M. Coetzee em abril de 2013, Porto Alegre, levando em consideração algumas reações e críticas que surgiram depois do evento: qual é a posição de Coetzee com relação à pedofilia? Ou: por que o autor não tratou da censura que sofreu seu romance *Desonra*? Não responderemos pontualmente estas perguntas, apenas as contextualizaremos na obra, afim de elucidar como Coetzee concebe a relação entre imaginação e escritura, arte e ética.

**Palavras-chave:** Ficção. Censura nos primeiros romances de Coetzee. Pedofilia. Diário de um ano ruim.

**Abstract:** This article comments a few implicit aspects of J.M.Coetzee’s talk on “Fiction and Censorship” (Porto Alegre, April 2013). What raised questions in particular, were the final remarks on paedophilia and Coetzee’s silence about the censorship and critique his novel *Disgrace* suffered in South Africa. This article will contextualize these issues and seek answers for the questions by drawing on Coetzee’s fictional work and on his essays on writing, imagination and ethics.

**Keywords:** Fiction. Censorship of Coetzee’s early novels. Paedophilia. *Diary of a Bad Year*.

---

\* Este artigo é resultado de pesquisas de pós-doutorado financiadas pela CAPES. Ele foi apresentado na PUCRS em 2013 e publicado nos Anais da XII Semana Acadêmica do PPG em Filosofia da PUCRS.

\*\* Professora associada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq – Nível 1B. Contato: kathrinrosen@gmail.com

\*\*\* Conferência “Ficção e censura” realizada no Salão de Atos da UFRGS em 18 de abril de 2013. As páginas das citações referem-se à transcrição desta conferência.

É bem conhecido que J.M. Coetzee sempre foi um opositor do regime do apartheid e de instituições opressivas como a tortura e a censura. Escreveu inúmeros romances e livros sobre os efeitos perniciosos da censura e da opressão totalitária na África do Sul. Denunciou não só a violência do regime sobre a consciência e os modos de expressão da população, mas frisou também a inquietante contaminação que a investigação desses métodos repressivos (por jornalistas e escritores) pode produzir na mente das vítimas. O volume *Giving Offense*, de 1996, reúne doze ensaios sobre censura em diferentes épocas e domínios, quatro deles voltados especificamente para a África do Sul e o regime do apartheid. Com toda razão, o público brasileiro esperava ideias de um militante anti-apartheid, antigo aliado de outros escritores dissidentes, como Nadine Gordimer.

Diante desse pano de fundo, a recente conferência de J. M. Coetzee em Porto Alegre causou – como não é raro no caso deste autor – surpresa e perplexidade. Quem esperava “opiniões fortes” de um intelectual público talvez tenha saído um tanto decepcionado desta palestra de quase uma hora. Coetzee concentrava-se quase exclusivamente sobre um fato quase anedótico – a descoberta tardia de dossiês da censura sul-africana a respeito de três romances do autor. Apesar da imperturbável seriedade do autor, reinava na fala de Coetzee um tom quase jocoso e uma inesperada amenidade. Pois os detalhes dos relatórios dos censores revelavam uma deferência literária circunstanciada e conscienciosa: os censores usaram critérios criativos e sutis distinções literárias e sociológicas para isentar passagens mais que problemáticas – isto é, quase abertamente condenatórias do regime do apartheid – da censura e da perseguição.

Mas havia também uma parte mais informada do público, ao par das experiências pessoais de Coetzee com a censura – por exemplo, a censura implícita que resultou na negação de seu pedido de cidadania nos Estados Unidos (o motivo foi a participação do autor nas demonstrações contra a guerra do Vietnam, quando Coetzee era estudante). Havia no público também leitores que esperavam algumas luzes do autor a respeito do *affair Desonra*<sup>1</sup>, o romance de 1999 que tornou Coetzee o alvo estratégico e espetacular dos ataques do partido *African National Congress* (ANC). Liderado pelo próprio presidente Mbeki, o partido ANC denunciou Coetzee como propagador de racismo. Sua obra *Desonra* seria o apoio ideológico da campanha mentirosa da imprensa branca contra os assaltos a fazendeiros brancos, campanha jornalística essa que estigmatizaria a população africana como selvagem e violenta<sup>2</sup>.

Nenhum destes tópicos foi frisado na palestra na UFRGS. No entanto, após um percurso demorado pelo labirinto dos raciocínios dos censores sul-africanos que protegeram sua obra dissidente e sua integridade física, Coetzee terminou sua palestra com uma breve observação sobre o acirrado combate que predomina hoje contra a pornografia e a pedofilia, assinalando que o radicalismo recente

<sup>1</sup> Cf. COETZEE, J. M. *Desonra*. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

<sup>2</sup> Sobre a campanha difamatória contra Coetzee, iniciada pelo então presidente Thabo Mbeki e o partido African National Congress com uma submissão oficial à Human Rights Commission (em abril 2000), cf. os artigos de Lawrence Flores Pereira e de Patrick Laurence, online, <http://hsf.org.za/resource-centre/focus/issues-31-40/issue-32-fourth-quarter-2003/jm-coetzee-incites-an-anc-egg-dance>

nesses assuntos marcaria uma mudança de ânimo com respeito às concepções de liberdade de expressão e um deslocamento de posturas antigamente mais tolerantes. Os ouvidos mais afinados no público ficaram intrigados e um tanto desconfiados com as posturas éticas do autor. Veremos, no final deste ensaio, que as ponderações de Coetzee sugerem que o atual policiamento das formas de expressão a respeito de assuntos de feminismo e pedofilia se aproxima perigosamente – pelo seu caráter compulsivo e rígido (não pela intenção de proteger mulheres e crianças) – de novas formas insidiosas de censura.

Começo com um resumo das ideias da palestra “Ficção e Censura”. Coetzee expôs, surpreendentemente, um episódio autobiográfico: a descoberta recente da existência de dossiês da censura sul-africana a respeito de três dos seus livros. *In the Heart of the Country*, *Vida e Época de Michael K.* e *À Espera dos Bárbaros*<sup>3</sup> foram objeto de inspeção nas décadas negras antes do fim do apartheid (1970-anos 1980). Sem que ele o soubesse, estes romances foram lidos e avaliados, com minúcia, por vários censores, e – paradoxalmente – liberados para publicação. Coetzee toma seu tempo analisando os procedimentos, as escolhas (conscientes e inadvertidas) e os efeitos da instituição “censura”; perguntando-se como a censura age sobre livros e escritores, e se há efeitos que o exame dos livros a serem censurados (ou não) exerce sobre os próprios censores.

Com efeito, os relatórios a respeito da obra coetzeeana chegaram às mãos do autor alguns anos depois do fim do apartheid, por intermédio de Hermann Wittenberg, pesquisador pós-apartheid que investigou os registros do Diretório de Publicações. Elas trouxeram à luz uma espécie esdrúxula de censores: não burocratas embrutecidos, como tendemos a imaginar, mas intelectuais que, embora trabalhassem para o Estado repressor, se auto-instauraram como verdadeiros protetores da “Cidade das letras”. Leram os romances com mais afinco que muitos críticos literários profissionais e introduziram, por conta própria, critérios não contemplados pelas leis da censura (qualidade, estilo, densidade, reflexão filosófica – em suma: a distinção entre forma poética que transcende o conteúdo referencial).

Foram estes critérios, alheios à instituição da censura, que permitiram liberar os romances de Coetzee, apesar de conteúdos flagrantemente contrários ao código de ética do estado policial que então reinava na África do Sul. Os conteúdos explicitamente mencionados foram: relações sexuais entre negros e brancos, proibidas como ameaça de degeneração da raça branca supostamente superior; obscenidade e cenas de tortura que, embora situadas num país do hemisfério Norte, se assemelhavam em todos os detalhes – paisagens, métodos, logística e discursos – às práticas do regime totalitário Sul-africano.

Coetzee também apresenta os censores - F.C. Fensham; R. E Lighton, Anna Bassel, e o casal Scholtz, além de um censor anônimo:

<sup>3</sup> *In the Heart of the Country* (COETZEE, J. M. *In the Heart of the Country*. London: Harper & Row, 1977), não foi traduzido no Brasil; *Waiting for the Barbarians* (COETZEE, J. M. *À espera dos bárbaros*. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1980); *Life & Times of Michael K* (COETZEE, J. M. *Vida e tempo de Michael K*. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1983).

Reginald John Lighton havia sido um professor na Universidade de Cape Town, um especialista em teoria educacional, no período em que eu era um estudante de graduação nos anos cinquenta; nunca tive um motivo para falar com ele. H. van der Merwe Scholtz, o presidente do comitê que liberou *No coração do País*, era professor de língua e literatura afrikaans na Universidade de Cape Town na época em que eu era um *professor assistente [lecturer]* em inglês na mesma instituição. A senhora E. M. Scholtz, sua esposa Rita, foi a leitora de *Michael K.*<sup>4</sup>

Os Scholtz foram por acaso vizinhos dos pais de Coetzee na praia, de forma que ele os conheceu por ocasião de um churrasco.

Anna Bassel foi escritora por profissão, uma romancista notável em língua afrikaans, possivelmente uma das seis melhores no país, ganhadora de vários prêmios prestigiosos. Ela escreveu sob o nome de Anna M. Louw. Ela era também a sogra de um colega meu na Universidade de Cape Town, um eminente microbiologista. Na verdade, eu a conhecia um pouco: um dia, sem preâmbulo, eu recebi um telefonema convidando-me para o chá na sua casa nos subúrbios da cidade. Só estávamos nós dois. Lembro-me de que tivemos uma longa discussão sobre o estado das letras na África do Sul. Eu não tinha a menor ideia da verdadeira relação entre nós, isto é, que ela era um de meus censores. F. S. Fensham nunca encontrei pessoalmente. Era professor de línguas semíticas na Universidade de Stellenbosch, a cinquenta quilômetros da Cidade do Cabo.<sup>5</sup>

Coetzee esmiúça todos estes detalhes não com interesse anedótico, mas para entender, de um lado, a estrutura e a função da instituição censura, de outro, os efeitos paradoxais (e inadvertidamente transformadores – ou subversivos) que a literatura pode criar neste tipo de instituição maligna. Como se pode julgar pelas criteriosas avaliações nos relatórios, todos os censores eram figuras surpreendentemente cultas, além de notórias na cena intelectual. Mas o que é mais interessante são os critérios usados para a liberação dos livros claramente opostos às práticas e ao espírito do regime: os censores destacavam, de um lado, a alta qualidade literária das cenas criticáveis, a delicadeza e a arte da apresentação dos conteúdos, e o fato que a exigência intelectual e a densidade do texto destinariam estes livros a um público muito reduzido, intelectual e instruído que, portanto, não representaria nenhuma ameaça para os valores e a moral vigentes.

Coetzee se debruça sobre os detalhes dos relatórios e constata que o demorado trabalho de análise e avaliação por parte dos censores terminou produzindo efeitos paradoxais sobre os censores – efeitos esses que contradizem os alvos da Censura como instituição: solidificar e blindar o regime do apartheid. Vejamos algumas observações sobre critérios não previstos pelo manual da censura, porém introduzidos pelos censores com a finalidade de valorizar as obras de Coetzee e de protegê-los dos rigores da lei:

Embora as leis de censura não previssem nenhuma disposição sobre o público, os censores rotineiramente distinguiam entre livros de apelo de massa e livros de apelo minoritário, aplicando padrões mais rigorosos aos primeiros. Fui tratado com indulgência porque apenas um pequeno segmento da população lia meus livros. Implícita nessa abordagem está uma compreensão de como livros afetam o curso dos

<sup>4</sup> COETZEE, J. M. *Ficção e Censura*, inédito, p.10s.

<sup>5</sup> COETZEE, J. M. *Ficção e Censura*, p.11.

negócios humanos que me surpreende como bastante incorreta, bastante equivocada. Os livros que mudam a história não são necessariamente os que trazem a notícia fresquinha e que são devorados pelas massas, que, imediatamente, sofrem sua influência e são eletrizadas para a ação. Os processos da história são muito mais indiretos do que isso e levam muito mais tempo. Mas isto é tema para outra palestra.<sup>6</sup>

Examinando o texto do censor de *A Espera dos Bárbaros*, Coetzee entrevê a possibilidade de que o intenso confronto do censor com a obra suspeita possa ter provocado um processo de autoquestionamento deste no seu papel e uma revisão (implícita) dos seus critérios éticos:

A pergunta com que o professor Lighton se defrontava era: O que ele deveria dizer em seu relatório? Deveria ele dizer que as atividades vergonhosas descritas no livro tinham um paralelo estreito com as atividades vergonhosas que estavam acontecendo justo naquele momento em certas celas de cárceres sul-africanos? Ou deveria dizer que o livro não tinha nada a ver com a África do Sul? .... Como já disse, desconheço quem foi pessoalmente Lighton, que, creio, deve ter falecido. Mas gosto de pensar que ele era uma pessoa de escrúpulos morais normais que teria refletido cuidadosamente antes de adotar uma posição que o levasse a cumprir seu dever de impor a política governamental. Gostaria de pensar que a leitura *À Espera dos Bárbaros* o tenha levado a um exame genuíno de seu papel de censor.<sup>7</sup>

Embora Coetzee não tenha tocado no assunto pessoal, o público pode ter sido estimulado a se colocar questões mais específicas a respeito da Censura – por exemplo, sobre metas e leis do governo e a aplicação dessas leis pelos indivíduos, caso a caso, com e sem respeito pela especificidade do caso, levando ou não em consideração distinções mais sutis – ética e esteticamente mais exigentes. Quem envereda por esta reflexão, logo chega à conclusão: *Esse* trabalho reflexivo e autocrítico certamente não ocorreu quando a ANC repudiou Desonra.

A ideia está inscrita nas conclusões que Coetzee tira de sua análise. Primeiro, Coetzee assinala que os censores erraram (talvez deliberadamente) ao julgar que os livros não teriam efeito fora de um círculo restrito de intelectuais. Contribuíram, assim, para o desmoronamento do estado, afetando não somente o público mas provavelmente também os Censores. Coetzee sugere de modo explícito que obras e opiniões anti-apartheid como as suas poderiam ter minado as convicções dos funcionários a serviço do apartheid, afrouxando, assim, a malha repressiva de dentro. Embora o autor não tenha nenhuma simpatia censura, ele concede ao modo como certos indivíduos abrandaram a censura um papel benéfico na “Cidade das Letras”. A ideia da “educação estética” e da liberdade da imaginação que os românticos concederam à literatura e à arte criou um espaço de resistência e um apoio que terminou por tornar eficaz a oposição externa que derrubou o regime. Este espaço, que W. Benjamin chama de Spielraum – espaço de jogo, folga – é essencial para equilibrar tensões e conflitos em constelações muito complexas; a ética mantém relações imprevisíveis com as leis positivas cujas normas tendem a se rigidificar rapidamente em torno de interesses (ideológicos, políticos, econômicos) que, por sua vez, deturpam o “espírito” da lei.

<sup>6</sup> COETZEE, J. M. *Ficção e Censura*, p.15.

<sup>7</sup> COETZEE, J. M. *Ficção e Censura*, p.16.

A segunda conclusão que Coetzee sugere: o aparente “progresso” da liberdade de expressão que agora parece reinar no mundo democrático e na África do Sul não deveria nos cegar quanto à capacidade da censura se transformar constantemente, insinuando-se com novas modulações nas novas formas de sociabilidade do Estado de Direito, minando a liberdade de expressão e transformando as melhores intenções em meros simulacros “de correção política”.

No seu romance *Diário de um ano ruim*<sup>8</sup>, Coetzee retoma de modo indireto o assunto das relações entre as instâncias opressivas e injustas do poder (estatal ou patriarcal) e as vítimas desta opressão cuja resistência muitas vezes só pode se expressar através da presença silenciosa ou através de gestos de maldição – a arma dos impotentes que invocam a instância dos deuses.

Este recurso do desamparado aparece no capítulo 11 de intitulado “A maldição”, que trata de um episódio religioso da história antiga: em Memphis, no século IV a. C., uma mãe, Artemisia, sacrifica em honra do deus Oserapis, pedindo que o pai de sua filha seja punido pelos deuses por ter privado a filha de sarcófago e de dádivas funerárias.<sup>9</sup> Mas o relato ficcional não para neste ponto que parece evocar certo equilíbrio. Estende a ideia da maldição e da violência mítica a situações atuais: também hoje há pessoas que não aceitam as ofensas de um poder patriarcal-estatal abusivo, quando este procura colocar-se fora do alcance de uma justiça distributiva e universal. Coetzee menciona a América que desrespeita a Lei das Nações<sup>10</sup>, atraindo as maldições dos injustiçados sobre os perpetradores, seus filhos e netos. O leitor moralmente mais sensível talvez comece a sentir certo incômodo. O parágrafo seguinte acrescenta que também os filhos e netos de pais e avôs alemães têm que carregar a maldição de sua estirpe e a continuação do texto intensifica as tonalidades sombrias das profecias vetero-testamentárias. O tom e o caráter redundante começam a sugerir que esta lógica da violência mítica talvez incorra num excesso compulsivo, numa visão patológica do mundo, numa perversão da ideia inicial de justiça equitativa e retributiva.

A deturpação de boas causas e sua contaminação por motivos escusos – dinheiro, poder, vingança – começa a aflorar nos capítulos seguintes. A parte ensaística do romance introduz considerações *Sobre Pedofilia*, no capítulo 12, assinalando pela enumeração de complicados casos de figura as proibições acirradas e os tabus quase fóbicos que pesam hoje não só sobre os crimes de pedofilia, mas também sobre representações visuais e artísticas que podem aproximar-se ou relacionar-se com tais atos.

A parte inferior do capítulo 11 já preparava essa reflexão sobre (a liberdade de refletir,

<sup>8</sup> COETZEE, J. M. *Diário de um ano ruim*. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2008; COETZEE, J. M. *Diary of a Bad Year*. New York: Viking, 2007. O romance trata do encontro fortuito de um velho escritor com uma moça jovem, posteriormente contratada como secretária. Os dois personagens, entre os quais existe, desde o início, um elo de fascínio erótico (por parte do homem), (e uma crescente curiosidade literária e intelectual por parte da moça, que contradiz sua aparência frívola inicial) representam, entre outras coisas, dois modos de pensamento livre – a escritura de Señor C., ensaísta redigindo “opiniões fortes” para um jornal alemão, modifica-se sob a influência da secretária Anya, o horizonte da jovem se transforma ao contato com as idéias do intelectual.

<sup>9</sup> COETZEE, J. M. *Diary of a Bad Year*, p.47; COETZEE, J. M. *Diário de um ano ruim*, p.57.

<sup>10</sup> COETZEE, J. M. *Diary of a Bad Year*, p.48; COETZEE, J. M. *Diário de um ano ruim*, p.57.

representar, imaginar casos de) pedofilia: Anya, a secretária cujo bom senso (e bom coração) começa a se revelar pouco a pouco, embora (ou talvez porque) esteja alheia aos assuntos teóricos discutidos na Academia, defronta-se inadvertidamente com a questão da autoridade e da autorização do ato de escrever. Ela descobre um quadro que Señor C. suspendeu na parede do quarto. Anya não identifica que o rolo de pergaminho é a outorga do Prêmio Nobel e ela se pergunta se esse documento com seu antiquado selo de laca talvez fosse um “diploma” que confere ao autor as “credenciais” do seu ofício, sua “licença de praticar” a profissão. Chegada a este ponto de suas considerações, ele se interrompe e pensa: “eu achava que escrever é algo que simplesmente se faz, algo que se faz quando se tem o jeito” (*the knack*).<sup>11</sup>

A moça esperta e moderna, mas também profundamente bondosa e graciosa que o final do romance representa como uma encarnação da *caritas*, reconhece e respeita intuitivamente o espaço reservado da literatura na sociedade: de um espaço cuja ética é determinada não pela obediência à leis, normas e regras pré-estabelecidas, mas pela honestidade e a qualidade da expressão. Isto não significa que Anya não questione os motivos do Señor C escrever capítulos criticando o cerceamento da representação de cenas e atos de pedofilia.<sup>12</sup> Em determinado momento, ela até se deixa arrastar explicações (hiper-intelectuais, sumários e mistificadores) com os quais seu namorado Alan justifica os atuais tabus.<sup>13</sup> Ao mesmo tempo, entretanto, Anya registra os motivos secretos que acompanham, inflexionam e pervertam suas argumentações: sua obsessão por dinheiro, a vontade vingativa de processar o velho escritor por assédio sexual, a infiltração da questão ética e artística com argumentos a favor da economia liberal e com justificativas bastante deslocadas da especulação financeira (fraudulenta).<sup>14</sup> Sem demora, a moça sem cultura literária (e sem formação em economia) percebeu o motor dos motivos escusos que deturpam a argumentação de Alan contra as opiniões de Señor C a respeito da pedofilia: o que fala aí é ressentimento, ciúme e uma vontade de poder que supera todos escrúpulos.

Anya distingue com sutileza onde restrições éticas louváveis se deturpam, transformando as em mera retórica abstrata, em clichés que pervertem a linguagem e o juízo com a finalidade de afirmar interesses ocultos que tiram vantagens dos hábitos contemporâneos do patrulhamento politicamente. É muito significativo que Coetzee tenha entretecido essa questão da novas formas de censura que brotaram das conquistas admiráveis das democracias modernas, com a temática da busca (obsessiva) de segurança.<sup>15</sup> Com expertise de hacker profissional, Alan começa primeiro a espionar o conteúdo dos textos que Anya transcreve para Señor C – invasão sistemática da privacidade que contém uma crítica antecipada da espionagem irrestrita e inescrupulosa que se instalou nos sistemas democráticos, delegadas a grupos e indivíduos que se autoconferem a autoridade (abusiva) ao defender os direitos

<sup>11</sup> COETZEE, J. M. *Diary of a Bad Year*, p.47; COETZEE, J. M. *Diário de um ano ruim*, p. 57.

<sup>12</sup> COETZEE, J. M. *Diary of a Bad Year*, p.88s., cap.18.

<sup>13</sup> COETZEE, J. M. *Diary of a Bad Year*, p.90ss.

<sup>14</sup> COETZEE, J. M. *Diary of a Bad Year*, p.93ss.

<sup>15</sup> COETZEE, J. M. *Diary of a Bad Year*, caps.5-8.

democráticos<sup>16</sup>.

Como Musil e Adorno, que registraram a erosão da linguagem cotidiana nos anos 1920 e 30 com suas anotações sobre a *Minima Morália*<sup>17</sup>, os personagens de Coetzee observam, estarecidos, a sociedade contemporânea acomodando-se com a nova ortodoxia que acirra novos “tabus”<sup>18</sup> e terroriza os ânimos com proibições históricas: o tabu que pesa sobre pornografia e pedofilia cerceia o pensamento e o juízo exatamente como os tabus que agora legitimam os abusos dos sistemas de segurança que culminaram nos ataques “defensivos” dos *drones*. A reflexão e o debate transformaram-se em trocas mecânicas de argumentos compulsivos. Em assuntos menores e nos maiores reina a mesma histeria que acua o bom senso da opinião pública a tal ponto que elimina “a disposição para distinções mais finas e sutis”.<sup>19</sup>

O encadeamento subliminar das reflexões que se constelam nos dois “diários” do romance Coetzeeano como um rendilhado de “distinções finas e sutis” sugere de modo convincente que o abuso das liberdades democráticas viabilizado pela negligência da reflexão e do rigor em matéria de linguagem, pelo deslize no uso de metáforas e imagens e pelo descuido com a precisão poética e imaginária pode levar a uma implosão ou autodestruição das democracias modernas. O novo reino do tabu “democrático” criou uma democracia que se entrega aos pavores da violência mítica e procura impedir, mais do que os censores de Coetzee o faziam sob o regime do apartheid na África do Sul, qualquer opinião, ideia, livre associação ou imaginação que escape a uma catequese pré-estabelecida pelos autodenominados líderes de grupos de interesse, intelectuais públicos, e demais ativistas. E quase impossível não ouvir, no último parágrafo do capítulo 12, uma alusão aos novos métodos perniciosos da censura “branca” que se apoderou dos argumentos da defesa dos direitos fundamentais (de etnias ou gêneros oprimidos) para imobilizar vozes dissidentes, opiniões incomodadas ou argumentos que exigem dos grupos (antigamente desfavorecidos) o mesmo respeito aos princípios básicos que asseguram a Justiça:

Quanto a sexo entre professores e alunos, tão forte é hoje a onda de reprovação que pronunciar até a mais tênue palavra em sua defesa se transforma em algo como um combate contra a maré, sentindo o débil esforço vencido pela vigorosa corrente que nos puxa para trás. O que se enfrenta ao abrir a boca não é o toque silenciador do censor, mas um decreto de exílio.<sup>20</sup>

<sup>16</sup> Os escândalos e publicações recentes revelam a dimensão destas flagrantes infrações das liberdades e direitos fundamentais pelos governos que se vangloriam de sua defesa destes mesmos direitos. O noticiário dos dias 18-28 de abril 2014 fornece um panorama impressionante dos excessos praticamente totalitários em nome dos “direitos democráticos” de liberdade e segurança e, mais inquietante ainda, do newspeak, da perversão deliberada do sentido das palavras e formulações que permitem cercear e acuar, punir, aprisionar e matar (com *drones*, sem qualquer processo) pessoas (muitas vezes inocentes) - tudo em nome das regras do sistema de segurança. Cf. O site Democracy Now. <http://www.democracynow.org/>.

<sup>17</sup> Cf. ADORNO, T. W. *Minima Moralia*. Frankfurt: Suhrkamp, 1973; MUSIL, R. *Tagebuecher*, Reinbek bei Hamburg: Rowohlt, 1976.

<sup>18</sup> COETZEE, J. M. *Diary of a Bad Year*, p.54; COETZEE, J. M. *Diário de um ano ruim*, p. 63.

<sup>19</sup> COETZEE, J. M. *Diary of a Bad Year*, p.53; COETZEE, J. M. *Diário de um ano ruim*, p. 62.

<sup>20</sup> COETZEE, J. M. *Diary of a Bad Year*, p.57; COETZEE, J. M. *Diário de um ano ruim*, p. 66, trad. modificada.



Coetzee não fala pontualmente da injusta censura que sofreu seu romance *Desonra* mas ele fala das falhas ativas e passivas dos intelectuais, das omissões e deslizes da linguagem cotidiana de todos que preparam, inadvertidamente, a instauração de uma nova censura – talvez tão ou mais totalitária quanto a dos regimes abertamente autoritários. Esta citação de Diário de um ano ruim elucida o final da palestra sobre censura: a preocupação que Coetzee tem com novas e mais veladas formas de censura. O que se observa hoje - nas Universidades, nas instituições e na vida cotidiana da sociedade civil é - o surgimento de limitações severas à liberdade de expressão e de pensamento que, em nome de uma suposta preocupação humanitária ou emancipatória, põem em perigo o próprio espaço da literatura e da arte.

Nesse sentido, é importante ter em mente os insistentes lembretes de Coetzee a respeito do espaço reservado da literatura. O “espaço” poético é um lugar-sem-lugar, um espaço utópico marcado pelo seu estatuto a-moral, hiper- e hipo-ético. Citemos apenas algumas observações a respeito do assunto, frases tiradas de textos teóricos (*Doubling the Point*) e ficcionais (*Diary of a Bad Year*):

- Escrever não é propriamente uma atividade como outras – mas um “lugar”.<sup>21</sup>
- Escrever é um “estado” de perceptividade realçada – este estado despersonaliza o autor.<sup>22</sup>
- Escrever é abrir mão do *sujèt supposé savoir* (o sujeito que pressupõe que sabe – a idéia encontra seu eco nos ensaios.<sup>23</sup>
- Fazer ficção é deixar que as histórias se contem elas mesmas.<sup>24</sup> Sustentar este processo é assumir a função colossal de a figura mítica Atlas, que sustenta o universo.
- Este processo faz aparecer a verdade, mas é, por sua vez, possível apenas num espaço reservado, no isolamento, no silêncio: Truth is related to silence, reflection, to the practice of writing.<sup>25</sup>

Estas citações circunscrevem a ideia da escritura (não enquanto praça de entretenimento) mas como lugar ou cena onde aparecem as tensões que configuram as questões difíceis da vida. Às vezes incômodas e dolorosas, essas interrogações poéticas desafiam a decisão a respeito do verdadeiro e do ético; nesse sentido, o poético e o ficcional requerem um espaço de jogo que viabilize o diálogo da imaginação entre vozes distintas: a voz ativa (*eu* escrevo um romance), a voz média (*eu escrevo* um romance) e a voz passiva: eu estou sendo escrito/determinado pelos discursos que constituem meu ambiente, romance.

J.M. Coetzee transformou numa reflexão mais ampla o problema pessoal que sofreu com as repetidas tentativas de censura *ad hominem* – tanto por parte dos órgãos oficiais do Estado (pelo

<sup>21</sup> COETZEE, J. M.; ATWELL, D. *Doubling the Point: Essays and Interviews*. Cambridge: Harvard University Press, 1992, p.205s.

<sup>22</sup> COETZEE, J. M.; ATWELL, D. *Doubling the Point*, p.63.

<sup>23</sup> COETZEE, J. M.; ATWELL, D. *Doubling the Point*, p.65; e na ficção: “Step down from the know-all position”, COETZEE, J. M. *Diary of a Bad Year*, p.70.

<sup>24</sup> COETZEE, J. M. *Diary of a Bad Year*, p.55; COETZEE, J. M. *Diário de um ano ruim* 65: Señor C: Stories tell themselves. Never try to impose yourself.)

<sup>25</sup> COETZEE, J. M.; ATWELL, D. *Doubling the Point: Essays and Interviews*. Cambridge: Harvard University Press, 1992, p.65.

partido *African National Congress* e pela *Human Rights Commission*<sup>26</sup>, como também por parte de colegas que ignoraram as “regras da arte”. São inúmeros os textos e declarações (ora partidários e ideológicos, ora interesseiros) que procuraram tirar do contexto imagens metafóricas, formulações simbólicas e opiniões de personagens, tratando-as como se fossem declarações do autor<sup>27</sup>. Lembremos, por exemplo, que foi a antiga companheira de lutas contra o apartheid, Nadine Gordimer, que expressou seu repúdio contra uma passagem de *Desonra* – tendenciosamente alterada por ela –, declarando-a inverossímil (segundo os padrões do realismo ideológico na África do Sul pós-apartheid): “Considero difícil de se acreditar, realmente mais que difícil, tendo vivido aqui toda minha vida e sendo parte de tudo o que aconteceu aqui, que uma família negra protegeria um estuprador porque ele é um deles.”

Ainda sete anos após a publicação de *Desonra*, Gordimer não poupou críticas rudes que redondamente desacreditam o valor e a pertinência deste romance. Com severidade um tanto condescendente, ela arrematou: “Se esta tem sido a única verdade que Coetzee pode encontrar na África do Sul pós-apartheid, eu muito o lamento e tenho pena por ele.”

Quem leu *Desonra* não pode deixar de ficar impressionado com estas objeções. Polux não é “o estuprador”, mas um menino “perturbado”, um excepcional que precisa da proteção da família por esta causa; sua responsabilidade não pode ser estabelecida como no caso dos dois rapazes maiores, ela parece ser questionável e duvidosa até mesmo para a vítima Lucy.

A avaliação de Gordimer tem um fio condenatório que equivale a uma forma sutil de censura *ex post facto*, pois fortalece e legitima aquela, mais ameaçadora, que o Conselho Nacional Africano lançou contra a obra e o autor, taxando-os de perpetuadores do antigo preconceito da “criança primitiva” difundido inicialmente por J.B.M. Hertzog<sup>28</sup>.

O que motivou essa “dessolidarização” da antiga colega e aliada na luta contra o apartheid? Pode-se pensar que este distanciamento dos dois autores após a conquista da independência da África do Sul esteja inscrito nas posturas respectivas dos dois escritores. Gordimer manteve-se fiel a um engajamento político que é evidente na sua obra e, em particular no ponto de vista relativamente fixo de seus narradores. Seus romances tendem a polarizar de modo bastante nítido as atitudes dos colonizadores e dos colonizados, estigmatizando os caracteres brancos e suas posturas anti-éticas, ao passo que a escritura de Coetzee trabalha caracteres brancos e africanos com uma gama igualmente ampla de ambiguidades, experimentando com distinções mais sutis e oscilantes que impedem uma

<sup>26</sup> Cf. PEREIRA, L. F. *Disgrace, deslizamentos, fixações e silêncios. Notas sobre a recepção negativa de Disgrace, com alguns contextos reais e imaginários na África do Sul.* Porto Alegre: *Philia&Filia*, v. 1. n.1, 2010, p. 176. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/Philiaefilia/article/view/19643/11444>>. Acesso em: 5 jun. 2014.

<sup>27</sup> Assim, por exemplo, Nadine Gordimer, a antiga companheira de armas contra o apartheid, numa entrevista em Johannesburgo em 2006: “No romance *Desonra* não há uma única figura negra que é um ser humano real. [...]”

<sup>28</sup> J. B. M. Hertzog, primeiro ministro da África do Sul entre 1924-1939, considerava que povos africanos como crianças da humanidade, i.e., acometidos de um retardo histórico do desenvolvimento; este lhes conferia o estatuto de crianças da humanidade sujeitando-os, portanto, naturalmente à tutela dos europeus mais desenvolvidos.

visão unívoca que valoriza os africanos e condene os brancos. Evitando de tomar partido e de falar no lugar ou a favor dos personagens em conflito, a narrativa de Coetzee sempre se abre para dissonâncias e complicações que subvertem uma polarização clara. *Desonra*, embora recorra a uma narração em terceira pessoa, não fixa o ponto de vista da narração. Como uma câmera de cinema, a visão se desloca, ora aderindo aparentemente às opiniões de Lurie e rastreando seus preconceitos de homem branco da velha guarda, ora introduzindo os olhares críticos ou dissonantes de outros personagens (Lucy, Petrus, entre outros). O mesmo acontece, pouco a pouco, com a filha Lucy, inicialmente vista através dos olhos do pai, e com seu ajudante, vizinho e co-proprietário, o agricultor Zulu Petrus, de forma que o romance transmite a mesma dificuldade de avaliar e julgar com a qual nos confronta a vida quando circunstâncias mutantes e valores conflitantes dificultam juízos de valor unívocos. Esta característica torna a ficção de Coetzee mais densa e reflexiva, seus matizes ponderadas inviabilizando que seja usada para propagandas partidárias, abrindo-se ao contrário, a uma contemplação séria dos problemas após a grande transformação. Essa característica avessa a simplificação e a endoutrinação explica a ira do ANC e dos seus ideólogos.

Encerremos estas reflexões sobre as inquietantes malhas finas da censura atual que põe em perigo a liberdade do nosso bem mais precioso – a linguagem e a imaginação éticas e estéticas – com uma pérola do newspeak Orwelliano – desta vez não por parte dos representantes da Casa Branca ou dos intelectuais da Academia Norte-Americana, mas por parte do diretor da comunicação do African National Congress da África do Sul. Ainda em 2003, quando Coetzee recebeu o Prêmio Nobel, o que obrigou Thabo Mbeki a declarar que o autor fornece uma digna inspiração para os jovens escritores do país, outro representante de seu governo, Smuts Ngonyama afirmou que o partido manteria mesmo assim a submissão da Comissão de direitos humanos que condena Coetzee como “ideólogo do racismo”. Ele justificou a censura ao comparar Coetzee com F.W. de Klerk, que teria ganhado o Prêmio Nobel – tal como Coetzee – apenas pela associação com Mandela e apesar do racismo de seu governo<sup>29</sup>.

Essas considerações sobre as metamorfoses inquietantes da censura – seus pendores a repetições compulsivas e paranoicas torções da linguagem - talvez possam auxiliar a compreender o modo como Coetzee encerrou sua palestra:

Podemos rir ao ouvir que certa vez, num país distante na África, o regime montou um custoso e elaborado sistema para impedir os cidadãos de ver imagens de corpos humanos desnudos ou de ler os escritos de Karl Marx. Pelo menos atingimos algo melhor do que isso, assim gostamos de dizer para nós mesmos; pelo menos jogamos fora aqueles lúgubres censores e afirmamos nossa liberdade de ler e olhar o que bem desejamos; ao menos fizemos algum progresso. Mas será que as pessoas lá nos anos cinquenta teriam acreditado se ouvissem que, em meio século, seria crime possuir imagens de crianças nuas, e que fazer uma afirmação sujeitando o Islã ao mesmo tipo de escrutínio histórico aplicado ao cristianismo seria violar leis que protegem as

<sup>29</sup> Cf. Patrick Laurence, J.M. Coetzee incites na ANC egg-dance, Helen Suzman Foundation, Maio 2004; <http://hsf.org.za/resource-centre/focus/issues-31-40/issue-32-fourth-quarter-2003/jm-coetzee-incites-an-anc-egg-dance>

sensibilidades religiosas? A verdade é que não existe essa coisa que chamamos de progresso quando se trata de censura – o pendor de censurar flui muito fundo dentro de nós. Quando nos é negado um objeto indesejado, encontramos outro. Quando mais as coisas mudam, mais se mantêm as mesmas.<sup>30</sup>

## Referências

- ADORNO, T. W. *Minima Moralia*. Frankfurt: Suhrkamp, 1973.
- COETZEE, J. M. *À espera dos bárbaros*. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1980.
- COETZEE, J. M. *Desonra*. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- COETZEE, J. M. *Diário de um ano ruim*. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- COETZEE, J. M. *Diary of a Bad Year*. New York: Viking, 2007.
- COETZEE, J. M. *In the Heart of the Country*. London: Harper & Row, 1977.
- COETZEE, J. M. *Vida e tempo de Michael K*. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1983.
- COETZEE, J. M.; ATWELL, D. *Doubling the Point: Essays and Interviews*. : Harvard University Press, 1992.
- LAURENCE Patrick.,J.M. Coetzee incites na ANC egg-dance, Helen Suzman Foundation, Maio 2004; <http://hsf.org.za/resource-centre/focus/issues-31-40/issue-32-fourth-quarter-2003/jm-coetzee-incites-an-anc-egg-dance>
- MUSIL, R. *Tagebuecher*, Reinbek bei Hamburg: Rowohlt, 1976
- PEREIRA, L. F. Disgrace, deslizamentos, fixações e silêncios. Notas sobre a recepção negativa de Disgrace, com alguns contextos reais e imaginários na África do Sul. Porto Alegre: *Philia&Filia*, v. 1. n.1, 2010, p. 176. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/Philiaefilia/article/view/19643/11444>>. Acesso em: 5 jun. 2014.

<sup>30</sup> COETZEE, J. M. *Ficção e Censura*, p.16.